



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XIII - Nº 237 - DE 22 DE ABRIL A 05 DE MAIO DE 2002 - R\$ 1,00

**FORA O EXÉRCITO DE ISRAEL DA PALESTINA  
FORA OS EUA E SEUS ALIADOS DO ORIENTE MÉDIO  
NENHUMA INTERVENÇÃO DA ONU, MARIONETE DOS EUA  
DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DO POVO PALESTINO  
ARMAMENTO GERAL DAS MASSAS PALESTINAS!**



- **1º de Maio: Empunhar o programa revolucionário**
- **Organizar um movimento contra o desemprego e defesa dos salários;**
- **Derrubar o Plano de FHC, pró-imperialista, de fome e miséria;**
- **Fim de todos “acordos” de flexibilização da**
- **Força Sindical e de sindicatos da CUT. Pôr abaixo a reforma Dornelles.**
- **Combater o imperialismo. Fora com a Alca.**
- **Total independência do País frente às potências;**
- **Fora os tanques de Israel da Palestina. Fim do genocídio. A Palestina é dos palestinos - autodeterminação do povo palestino.**
- **Fora os Estados Unidos usurpadores, golpistas e intervencionistas da Colômbia e de toda América Latina. Pelo Estados Unidos Socialistas da América Latina.**

**À crise capitalista e as disputas interburguesas**

**Argentina: rejeitar a bandeira de assembléia constituinte**

# 1º de Maio - Empunhar o programa revolucionário

**Organizar um movimento contra o desemprego e defesa dos salários;**

**Derrubar o Plano de FHC, pró-imperialista, de fome e miséria;**

**Fim de todos "acordos" de flexibilização da Força Sindical e de sindicatos da CUT. Pôr abaixo a reforma Dornelles.**

**Combater o imperialismo. Fora com a Alca. Total independência do País frente às potências;**

**Fora os tanques de Israel da Palestina. Fim do genocídio. A Palestina é dos palestinos - autodeterminação do povo palestino.**

**Fora os Estados Unidos usurpadores, golpistas e intervencionistas da Colômbia e de toda América Latina. Pelo Estados Unidos Socialistas da América Latina.**

O Partido Operário Revolucionário vem nesse 1 de Maio defender alguns pontos de seu programa. Somente a classe operária pode organizar a maioria oprimida para combater a fúria da burguesia contra as condições de vida das massas.

Em que situação estamos?

Nas fábricas, aplica-se "a flexibilização do trabalho". Nome usado para a liberdade do patronato de demitir, reduzir salários e destruir direitos trabalhistas. Sindicatos da Força Sindical e inclusive da CUT têm assinado acordos de "flexibilização". Essa prática traidora vem fortalecendo a reforma antitrabalhadora do Ministro Dornelles. Isso mostra que a classe operária tem na direção de seus sindicatos uma política dos exploradores. Portanto, uma política contrária às necessidades imediatas (econômicas) e históricas (de destruição do capitalismo) dos assalariados.

É no campo, o que acontece? O governo vem enganando com sua política de falsa reforma agrária. Os assentados que eram miseráveis continuam miseráveis e sem condições econômicas para produzir. Enquanto se assenta algumas centenas, milhares continuam sem terra e outras centenas são expulsas de suas glebas. Milhões de minifundiários sobrevivem à mingua. O camponês médio está pendurado nos bancos. A repressão judicial e policial vêm apertando o cerco. Os latifundiários estão armados com suas milícias particulares. As medidas legis-

lativas contra as ocupações de terra facilitam ainda mais a criminalização do movimento dos sem-terra. A "nova" lei de segurança nacional, que certamente será aprovada ainda no governo FHC, chega ao ponto de enquadrar as ocupações como ato terrorista.

E com o funcionalismo público, o que acontecesse? Suportam a tal da "reforma do Estado". Essa trouxe demissões em massa, sete anos sem reajustar os salários e mais uma vez o governo volta com seu projeto de destruir os direitos previdenciários dos servidores. Também está na Câmara dos Deputados a lei antigreve que pune o funcionalismo com demissão etc.

E nos bairros operários, o que acontece? Falta tudo, de saneamento a transportes, passando pela saúde, educação, lazer e até iluminação. A falta de perspectiva de emprego leva a juventude à marginalidade. A polícia executa indiscriminadamente os jovens da periferia, e leva a repressão para dentro das escolas.

Não é preciso ir mais longe mostrando os ataques à saúde e educação, submetidas à privatização e mercantilização. Esse conjunto de medidas e acontecimentos mostra que a desintegração do capitalismo é descarregada sobre a maioria explorada.

Para conter a resistência coletiva das massas, o governo conta com a submissão da burocracia sindical, com uma oposição consentida (PT e seus aliados)

que serve aos interesses dos capitalistas e sobretudo com a violência estatal (judiciário e polícia). Entretanto, o desemprego, a miséria e a fome colocarão milhões de oprimidos em movimento contra toda essa parafernália dos capitalistas. É preciso que a classe operária e demais explorados se preparem politicamente para isso. Trata-se de se organizar em cada luta em torno de um programa oposto ao dos partidos burgueses, que inclui o programa pró-capitalista do PT e a política de conciliação de classe da burocracia sindical.

## **Organizar a aliança operária e camponesa**

Essa é uma das principais tarefas a ser resolvida. A classe operária precisa se libertar política e organizativamente dessas direções que a mantêm fragmentada e isolada do movimento camponês. Sabemos que só através do crescimento do movimento operário é que se viabilizará a aliança operária e camponesa. Mas as condições da luta contra a burguesia e seu governo exigem a unidade dos trabalhadores da cidade com os do campo. O ponto de partida está em a classe operária apoiar ativamente, com campanhas, o movimento camponês e vice-versa. As bandeiras de terra aos camponeses, fim de todo latifúndio e nacionalização das terras são parte do programa da revolução proletária. A política de assenta-

**Joinha no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-irotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

mento está fadada ao fracasso. É necessária a revolução agrária. Está colocado arrancar das mãos da burguesia os meios de produção, tanto na cidade quanto no campo. A aliança dos explorados permitirá a luta por um governo operário e camponês, ou seja, o exercício da ditadura do proletariado para arrancar o poder econômico dos capitalistas e eliminar a ditadura da burguesia.

### **Constituir uma frente única antiimperialista, sob a base de assembléias populares e sindicais**

Sabemos que os Estados Unidos (EUA) e demais potências saqueiam o Brasil. Dominam pelo poder do capital financeiro e pela penetração das multinacionais. As reformas neoliberais aplicadas pela coligação governamental (PSDB, PFL, PMDB) expressam os interesses do grande capital. O que tem resultado em maior dependência do País às potências saqueadoras. Essa dependência prepara o terreno de uma crise mais profunda da economia, a exemplo da Argentina.

Para impor essas condições, o governo teve de contar com a capitulação da oposição reformista, como o PT e seu braço sindical, que foram abandonando posições e se acomodando ao neoliberalismo, apesar de o criticar. Os reformistas se negaram a encabeçar um movimento de massa antiimperialista, que combatesse as privatizações, flexibilização etc. E o governo reprimiu duramente todas as manifestações dos

trabalhadores.

Mas o imperialismo exige mais. A Alca (Área de Livre Comércio das Américas) é o que os EUA, agora, pretendem. Trata-se de uma anexação do continente latino-americano à potência do Norte. A burguesia brasileira e os partidos da ordem capitalista se mostram incapazes de rebater a marcha da anexação.

A classe operária tem pela frente a tarefa antiimperialista de se opor à Alca e combater os planos de fome e miséria. Contra a Alca, levantamos a bandeira de união dos povos oprimidos latinoamericanos sob os Estados Socialistas da América Latina. Toda as correntes política e sindicais que se colocam contra o saque estão obrigadas a assumir a constituição de uma frente única antiimperialista. Sua concretização pode começar pela convocação de uma Assembléia Popular, precedida de assembléias populares e sindicais regionais e de comitês antiimperialistas.

### **Internacionalismo proletário - combater a ofensiva militar dos EUA e seus aliados**

A mortandade e destruição pelo Estado de Israel contra os palestinos é parte do que aconteceu no Afeganistão com a invasão norte-americana. Se olharmos para trás, veremos a guerra dos EUA contra o Iraque e os ataques da OTAN à Iugoslávia. E se olharmos para frente, nos deparamos com o plano de Bush de retomar a guerra contra o Iraque e intervir diretamente na guerra civil da Colômbia. Ficou evi-

dente que por detrás do fracassado golpe na Venezuela contra Hugo Chávez estão as mãos dos EUA. Como combater tamanho poder econômico e militar do imperialismo? Organizando o movimento internacional da classe operária sob a estratégia da revolução socialista. É com esse objetivo que ganhará força o combate antiimperialista em cada país. Está colocado organizar a revolta dos povos oprimidos contra as potências opressoras, com a bandeira de autodeterminação das nações oprimidas e ruptura total com os saqueadores do mundo. A classe operária é internacional e como tal tem de se unir dos EUA à Palestina contra a ofensiva militarista do imperialismo norte-americano e seus associados ( Inglaterra etc).

### **Construir o Partido Operário Revolucionário**

Não se pode unificar a classe operária em torno do programa antiimperialista e anticapitalista sem o partido. O mesmo se passa com a aliança operária e camponesa. A chave para a emancipação política e organizativa dos explorados está na construção do Partido Operário Revolucionário, baseado em células por local de trabalho, espalhadas por todo país e centralizadas pelo programa. A construção do partido faz parte da tarefa de reconstrução da Internacional Comunista, que é a IV Internacional. Chamamos os trabalhadores e a juventude a ingressarem no POR com esse objetivo internacionalista.

## **Quinzena do Movimento Operário**

### **Indústria Corta 50 mil em um ano**

Foram 50.041 trabalhadores demitidos nos últimos 12 meses na indústria paulista, isto significa uma queda de 3,13% no nível de emprego do setor. Na indústria o número de demissões é maior que o de contratações há 10 meses.

Somente em março foram fechados 5.031 postos de trabalho.

Como sempre o governo e os patrões nos iludem, no início do ano afirmavam que estas demissões seriam só temporárias e que, a partir de maio, as indústrias começariam a contratar. Agora dizem que será a partir de julho.

Não podemos ficar de braços cruzados. Precisamos unificar os desempregados e os empregados numa luta por empregos

já! Vamos seguir o exemplo de nossos irmãos na Argentina.

### **Volks contrata 40 temporários no ABC**

Depois de demitir alegando que não tinha trabalho para todos os operários, a Volks contratou metalúrgicos por 4 meses para trabalhar na linha de produção do Novo Polo, recebendo salários mais baixos. Eles executarão serviços de funilaria e montagem final na linha. Acredita-se que o número de temporários subirá para 60 nos próximos meses. Aqui toda a ganância da patronal está colocada a nu. Os patrões só queriam mesmo rebaixar o salário. Os capitalistas da Volks estão colocando em prática o acordo assinado pela direção do sindicato metalúrgico. Trata-se de um acordo maldito.

# A ALCA imperialista tem de ser combatida com a luta revolucionária de massa

A proposta norte-americana de constituir a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) é parte da estratégia imperialista frente à crise mundial capitalista. A formação dos blocos econômicos responde às necessidades dos países desenvolvidos de se protegerem e a seus mercados. Os blocos econômicos europeu, asiático e a Nafta (bloco EUA, Canadá e México) correspondem ao aumento das disputas comerciais entre as potências. A redução das barreiras alfandegárias entre os países desses blocos (não de forma recíproca) se construiu sobre a base do aumento da proteção alfandegária entre eles. Esses movimentos, que assistimos durante a década de 1990, expressam a tendência ao esgotamento da partilha do mercado mundial entre as potências, e ao aumento das tendências bélicas, próprias da etapa imperialista do capitalismo, apontadas por Lenin já em 1912, no livro "O imperialismo, fase superior do capitalismo".

O Mercosul, por sua vez, foi uma tentativa de países de capitalismo atrasado (semicolônias) de erguerem um bloco comercial capaz de fazer frente às pretensões do imperialismo norte-americano de ampliar seu domínio sobre o continente. Brasil, Argentina e Uruguai (inicialmente) tentaram se valer das disputas comerciais entre o imperialismo ianque e o europeu para, apoiando-se neste último, pôr em pé um bloco econômico de importância continental. Assim, realizaram reformas monetárias, que atrelaram suas moedas à relativa estabilidade do dólar norte-americano. Estabeleceram planos de redução das barreiras alfandegárias entre si. Traçaram metas de estímulo fiscal (redução de impostos) a produtos da região. Colocaram em prática a política neoliberal de desestatização, cortes de gastos nos serviços sociais públicos, arrocharam os salários e programaram o desmonte dos direitos trabalhistas.

Os resultados iniciais dessa tentativa foram o aumento do comércio entre os países, em especial entre Brasil e Argentina, que passou a exportar ao mercado brasileiro um terço de sua exportação. Esse crescimento do comércio entre os

países do Mercosul se deu ao mesmo tempo em que suas participações no comércio mundial caíam, em benefício dos países imperialistas. Mas o maior favorecido com o Mercosul, no entanto, foi o imperialismo europeu, principalmente o francês. A França se aproveitou de seus acordos bilaterais entre cada país do Mercosul para fazer penetrar seus produtos na região. Pretendia ainda utilizar o Mercosul como ponta de lança para entrar no protegido mercado norte-americano. As projeções do crescimento do comércio Brasil/França indicavam que em poucos anos o imperialismo francês poderia superar as relações comerciais Brasil/EUA. O imperialismo ianque logo passou a considerar o Mercosul um obstáculo para a implantação da ALCA, pretendida como a abertura unilateral dos mercados dos países atrasados aos EUA. O Brasil passou a liderar as posições das burguesias semicoloniais, que reivindicavam a ALCA nos moldes do Mercosul, ou seja, que as barreiras dos EUA também fossem retiradas. Para a França, que já havia penetrado em grande medida nos países da América do Sul, seria o passaporte de entrada no mercado ianque, sem ter de ceder nada em relação ao seu próprio protecionismo.

Não tardou muito para provar que o Mercosul não poderia fazer frente às pressões do imperialismo ianque. Com a base cambial fixada no dólar, não foi difícil aos EUA manipularem a quebra das reformas monetárias dos países do Mercosul, o que levou a profundos desequilíbrios nas relações comerciais. O Mercosul naufragou rapidamente, arrastando consigo parte das forças produtivas de seus integrantes. A quebra do Real em 1999 e a do Peso em 2001 anularam as pretensões do bloco sulamericano. E abriram um caminho mais limpo para a formação da ALCA.

A proposta ianque de formação da ALCA foi traduzida de forma mais específica na aprovação do chamado Fast Track pelo Congresso norte-americano. Esse mecanismo afirma que o presidente pode negociar o tratado de constituição da ALCA, mas não pode negociar as barreiras sobre produtos como o aço, calça-

dos, laranja, laticíneos, grãos e outros, que são os principais exportados pelo Brasil, Argentina etc. E a votação desse acordo não poderá sofrer emendas: ou se aprova tudo ou nada. Não se discute barreiras alfandegárias norte-americanas por cinco anos. Tempo suficiente para que a quebra de setores da economia dos países atrasados torne essa discussão inócua.

Outras questões importantes da ALCA:

Os países semicoloniais como o Brasil terão de adaptar sua legislação trabalhista a ela. O que significa destruir os direitos trabalhistas.

Os Estados terão de consolidar a privatização, passando as últimas estatais ao controle privado. Terão ainda de cortar mais fundo os serviços sociais públicos, a fim de garantir o pagamento das dívidas públicas. Serviços como a educação terão de se adaptar à privatização e serão abertos ao capital estrangeiro.

Os empresários procurarão formas de compensar as perdas com a competição das mercadorias ianques: vão arremeter contra os salários sob todas as suas formas, e ampliar a superexploração do trabalho, reduzindo o número de operários. A quebra de setores da economia aumentará ainda mais o desemprego.

O reformismo e o estalinismo têm-se declarado contrários à implantação da ALCA nos moldes ditados pelos EUA e se reivindicam do Mercosul, opondo-o à ALCA. Procuram se apoiar na disputa interimperialista e pretendem colocar o bloco do Mercosul como um elemento de força contra a sanha ianque. Lula chegou a defender no programa eleitoral do PT que seu governo se deslocaria rumo à França, em substituição às relações atuais com os EUA.

Essa política mostra o fracasso do reformismo em responder ao problema da opressão nacional. Procura se apoiar em setores da débil burguesia nativa dos países semicoloniais, e na disputa interimperialista, para fazer frente aos ditames dos EUA. A via eleitoral/institucional é sua saída. Para isso busca uma ampla aliança eleitoral com os setores da burguesia interessados na expansão do mer-

cado interno e nas exportações aos EUA. Esse caminho só pode levar à preservação da opressão nacional, pois a burguesia nacional já deu inúmeras provas de sua ligação e subserviência aos senhores imperialistas.

Uma conferência organizada pelo reformismo petista em conjunto com seus aliados e apoiadores (estalinismo e PSTU) aprovou a realização de um plebiscito nacional contra a ALCA, a se realizar em setembro. Terá como modelo o plebiscito da dívida externa, realizado no ano passado. Na época, vimos que o plebiscito na verdade não era pelo não pagamento da dívida, e sim por uma au-

## Renúncia de Roseana

# Apodrecimento dos partidos burgueses

A cúpula do PFL esperou que o escândalo de corrupção envolvendo a sua pré-candidata Roseana Sarney e seu marido Jorge Murad perdesse ímpeto para conduzir Roseana à renúncia. A direção do PFL ainda atacava o PSDB como arquiteto da invasão da empresa Lunus dos Sarneys quando uma de suas partes propunha que o partido voltasse a negociar a recomposição da aliança.

Logo após a renúncia de Roseana, representantes do PSDB e PFL se reuniram para tratar da possibilidade de reaproximação. A exigência de Inocêncio de Oliveira, um dos chefes do PFL, que tem em seus latifúndios o trabalho escravo, concordou, desde que fosse retirada a candidatura de José Serra.

Com o vai e vem, os ladrões da extinta Sudam foram sendo poupados. Jorge Murad voltou ao governo do Maranhão para usar de privilégios no processo. E Roseana passou a ser candidata ao Senado. O bando que deu tremendo desfalque nos cofres públicos continua completamente impune. Está aí mais um jogo de poder entre o PSDB e PFL. O PT foi incapaz de denunciar o abafamento do escândalo Lunus/Sudan.

Todos os demais partidos esperavam o desfecho do caso Roseana para ver como o PFL se localizaria no quadro da bizarra articulação de alianças. O candidato da Frente Trabalhista, Ciro Gomes, tratou de colher a posição do chefe Antônio Carlos Magalhães de que o PFL deveria compor com o PPS, PDT e PTB. Foi um corre-corre. O PDT de Brizola aceitou de pronto, apoiando o júbilo de Ciro

ditoria e renegociação, a serem realizadas por um governo "popular" eleito. Isso não pode servir de modelo para a luta contra a ALCA. Antes de mais nada, é preciso formular com clareza seu repúdio como uma imposição dos EUA e pelo seu caráter antinacional e antipopular. Um plebiscito pode ajudar a lutar contra a ALCA se partir daí e avançar para a luta de massa, e não a via eleitoral, para resolver a questão.

O fim da opressão nacional depende da luta da nação oprimida, tendo a classe operária à frente, pela ruptura com o imperialismo. Será a revolução proletária, socialista, que poderá acabar com a

Gomes do PPS, que por sua vez teve de contornar o descontentamento de Roberto Freire.

Anthony Garotinho, candidato pelo PSB, viu na possibilidade do fracasso de um acordo na Frente Trabalhista a chance de atrair o PFL. Representantes do PSB saíram à procura dos peefelistas. Somente o PT não podia correr atrás do PFL, apesar de Antônio Carlos Magalhães ter declarado seu voto em Lula, no 2º turno, caso a disputa fosse com José Serra. Mas o PT já estava lamecado pela podridão da política burguesa. Aproximou-se do reacionário PL e aprovou no Diretório Nacional a aliança com o poderoso burguês da indústria têxtil, José Alencar.

Como se pode ver, não há limites entre esses partidos. Unem-se e desunem-se conforme as circunstâncias. Denunciam-se uns aos outros e estão sempre se interpenetrando.

A decisão do Supremo que confirmou a verticalização das alianças provou novo mexe-mexe. O PFL já não se mostra tão interessado em entrar na Frente Trabalhista. Seus chefes preferem não compor com ninguém e compor com todos nos estados, visando eleger uma grande bancada parlamentar e assim continuar sendo indispensável para qualquer que seja o vencedor.

As figuras mais expressivas do PT ficaram apreensivas com a impossibilidade de aliança com o PL, que também prefere seguir o caminho da liberdade do PFL. Alguns voltaram a aspirar a recomposição da antiga frente democráti-

opressão externa.

Fazer frente à opressão continental será possível com a unidade socialista latinoamericana, pondo em pé os Estados Unidos Socialistas da América Latina. A força da unidade socialista latinoamericana é um passo necessário para enfrentar o imperialismo e avançar rumo à sua destruição, que virá com a revolução socialista mundial.

Tudo isso que falamos acima depende da estruturação do partido mundial da revolução socialista (IV Internacional), baseado em suas seções nacionais, que só serão assim enquanto partido-programa.

ca e popular, formada com o PSB, PDT e PCdoB.

O PT está aterrorizado com o isolamento que a verticalização causou ao seu candidato, apesar deste ter crescido nas pesquisas eleitorais. Se a situação permanecer, a saída do PT é procurar acordos por debaixo da verticalização, como farão previsivelmente todos os partidos, para ganhar votos nos currais. Lula deu exemplo dessa prática, procurando arregimentar parte dos eleitores do PL, que são fiéis à Igreja Universal, curral importante também para o evangélico Anthony Garotinho. Lula prometeu distribuir bíblias nas escolas públicas, para deixar claro que não era o satanás pintado pelos evangélicos da Universal nas eleições passadas.

Tudo isso indica uma tremenda crise no seio da burguesia, que já não consegue manter a unidade oligárquica e pró-imperialista da aliança que sustentou por dois mandatos o governo FHC.

Nossa luta nesse processo eleitoral será de denúncia implacável da política burguesa, que exerce tremenda pressão sobre os explorados para que estes continuem sendo arrastados por detrás de seus escravizadores. O POR se posiciona pelo voto nulo programático, diante da impossibilidade de lutar no campo da própria burguesia com candidaturas próprias. Defende a independência de classe do proletariado e demais oprimidos com o programa da revolução e ditadura proletárias e com os meios da luta de classe.

## Rondônia

# As cobras começam dar seus botes

No dia 1/4, os líderes do PFL/RO lançaram candidatos para todos os cargos majoritários e proporcionais nas eleições de 3 de outubro. O vice-governador e secretário da agricultura, Miguel de Souza, declarou a candidatura à reeleição do governador José de Abreu Bianco, que foi aceita por unanimidade na reunião da executiva. Bianco se tornou ilustre como fiel cumpridor das medidas dadas por FHC/FMI. Aplicou intenso corte de verbas na educação e saúde, desempregando de uma só vez mais de 9.600 servidores desses setores.

Essa indicação fez com que o PDT/RO se apressasse a lançar um outro pré-candidato a governo, o

prefeito de Ji-Paraná, Acir Gurgacz. As lideranças do partido descartaram a pré-candidatura do prefeito de Porto Velho, Carlos Camurça, também do PDT, que continuará no cargo de prefeito da capital.

Gurgacz se afastou da prefeitura de Ji-Paraná e seu vice, Leonirto Rodrigues (PT) assumiu o cargo de prefeito. No dia seguinte à posse, ocorreu a manifestação em defesa da saúde pública. O PT, CUT e sindicatos filiados usaram o pretexto da saúde para fazer campanha eleitoral.

O PT continua com o pré-candidato, Eduardo Valverde. O PCdoB e PCB não lançaram candidaturas próprias. Apoiam Ernanes Amorim (PRTB), prefeito de Arique-

mes, que compõe com o PV, PHS, PMN, PSL e o PGT a "Frente Popular Independente". Possivelmente, o PT se juntará a essa frente no segundo turno.

O Partido Operário Revolucionário rechaça essas manobras dos partidos burgueses, na qual o PT faz parte. Chama todos os que se reivindicam da classe operária a romperem com o eleitoralismo e defenderem a fundo a vida das massas trabalhadoras. A luta pelo emprego, pelo reajuste imediato dos salários, pelo salário mínimo vital (hoje em torno de R\$2000,00) e pelos direitos trabalhistas unifica os trabalhadores para enfrentar os governos capachos do imperialismo.

## Funcionário da Educação - SP

# 5% de reajuste salarial é migalha

O governo do PSDB, nesses 7 anos, cumpriu as metas de cortes de gastos impostas pelos planos econômicos do FMI/Banco Mundial. A única coisa que deu foi uma esmola de 5% (em torno de 27 reais), muito abaixo da migalha reivindicada pela diretoria da AFUSE, que é de 76 reais, para manter o piso de 2 salários mínimos e meio.

Esta situação é insustentável, pois o oferecido pelo governo não dá nem mesmo para comprar um botijão de gás. É a miséria da miséria.

A política distracionista da diretoria do Sindicato mostrou mais uma vez que tem como objetivo favorecer o governo. É incapaz de fazer uma campanha contra ele, porque nestes 7 anos, somente buscou as negociatas, acreditou nos palavreados "democráticos" de Rose Neubauer, de Walter Feudman, dos dirigentes de ensino. Chegou a aceitar um acordo as portas fechadas com a Secretaria da Educação, quan-

do os trabalhadores estavam em greve, isto no ano 2000, aceitou um plano de carreira, imposto por Rose Neubauer, deixando de fora o QSE, e para o QAE não modificou o arrocho salarial, agora vive mendigando um tal de desencavalamento, a Secretaria da Educação disse que com o plano o plano de carreira, os funcionários que tivessem mais tempo de casa teriam uma diferença salarial, porém nada mudou, não importa o tempo trabalho, não importa o cargo o arrocho e a destruição é igual, a diretoria neste dois anos só reivindica esta migalhinha que foi acordado com as negociatas na secretaria da educação, porém levaram uma rasteira do governo.

Agora novamente acredita nas conversas, dos dirigentes de ensino que eles consideram "democráticos", no "novo" Secretário Gabriel Chilita, que diz que conversa, que recebe, "que acha justo as reivindicações da classe". Porém como conversa não

enche barriga, não paga aluguel, vamos vivendo a mercê das promessas governamentais, das ilusões e impotência da direção da AFUSE, que não confia na classe e nas suas ações.

### Responder a política do governo com a greve.

Diante do arrocho salarial imposto, da terceirização, das cooperativas que contratam por 180 reais sem nenhum direito trabalhista, da substituição dos funcionários por polícia, da separação dos trabalhadores QAE/QSE, é necessário a organização e a unificação de todos os trabalhadores em uma greve forte e firme para enfrentarmos o governo contra a terceirização (que é expressão da reforma neoliberal para o setor administrativo).

Devemos levantar a luta pelo salário mínimo de 2000 reais

Pela diminuição da Jornada de trabalho

## **Professores - SP: Boletim da Corrente Proletária na Educação, divulgado na Assembléia da Apeoesp e nas escolas.**

**Emprego a todos e reajuste imediato dos salários; 5% é esmola! Chega de bônus!  
Piso salarial de R\$2000,00; Redução da jornada (sem diminuição salarial) para que haja emprego a todos!  
Fora com a polícia da escola! Fim da reforma privatista da educação!  
Não à reforma trabalhista, que elimina as conquistas sociais!**

### **Novo Secretário, velha política**

Sai Rose Neubauer e entra Gabriel Chalita, para os meses finais do governo Alckmin. Como prêmio por ter imposto as reformas privatistas da educação, Neubauer ganhou do PSDB a possibilidade de chegar ao posto de senadora. E tirou o peso das costas de Alckmin das críticas de campanha eleitoral que poderiam advir de seus adversários de ter mantido por 7 anos o autoritarismo no trato com a educação.

O problema é que Chalita e Neubauer estão a serviço da política do PSDB, de implantação da reforma neoliberal na educação. Isso significa manter o arrocho salarial, fechar salas de aula/escolas, municipalizar, manter a progressão continuada, reduzir a grade curricular do ensino médio, ampliar as parcerias e/ou fundações com as empresas privadas, substituir os funcionários por policiais e pelas frentes de trabalho, demitir professores, contratar eventuais, continuar com os bônus e submeter ainda mais às escolas às ordens dos chefes (Diretorias, supervisores, diretores e secretário).

Chalita subiu no cargo com 5% para distribuir aos professores e com o encargo de militarizar as escolas. Nas paredes, colocar as câmeras. Na zeladoria, os policiais morando. Nos portões, as rotas. Nos pátios, a vigilância dos fardados. Interligando as escolas com as delegacias de polícia, o sistema de vídeo/câmeras. A violência marginal nas escolas é parte da violência em toda sociedade. É causada pelo desemprego, pelo salário de fome de milhões, que por sua resultam da exploração capitalista e do esgotamento do regime econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção.

A reforma da educação do PSDB se apóia em dois pilares. De um lado, menos recursos ao ensino público. De outro, mais controle policial sobre os

alunos e educadores. Trata-se, da destruição da escola pública.

### **A frouxidão da diretoria da Apeoesp**

Não vamos falar do CPP, Udemo e outros porque sequer mobilizam seus associados para contestar a reforma educacional. São braços e olheiros do governo no interior das escolas.

A diretoria da Apeoesp, que diz fazer oposição, responde às medidas do PSDB com luvas de pelica. Diz que não é contra a progressão continuada, mas é contra a forma como foi introduzida. Diz que está preocupada com a excessiva militarização, mas que não é contra a existência de uma polícia mais preparada para as escolas. Esse vai e vem é próprio da política do reformismo petista. Maria Izabel aplica a política do PT na Apeoesp. Daí o não enfrentamento à reforma privatista da educação. Sempre existe para os reformistas o lado bom e ruim da reforma governamental. E a função dos petistas é ressaltar o lado bom e atuar para modificar o lado ruim. O resultado está aí: em 7 anos o PSDB pôde implantar as violentas medidas contra a educação sem que houvesse uma resistência firme e coesa dos trabalhadores em educação.

A assembléia tem de votar contra essa política e se colocar por organizar a classe para reagir à destruição da escola pública.

### **Responder à medidas de Alckmin/ Chalita com a greve**

Nesse início de ano, os professores de outros estados mostraram os seus governos a disposição de luta. Pernambuco esteve um mês em greve (21/2 a 25/3). Sergipe, a greve do magistério estadual esteve parado por vários dias. Bahia, a greve durou 15 dias (2 a 15 de abril). O Rio de Janeiro, está em greve desde o dia 7 de março. Brasília, também desde o dia 7. E o Pará, começou a greve no dia 1 de

abril. As reivindicações são praticamente as mesmas: reajustes salariais, plano de carreira e melhorias nas condições de ensino, o que mostra a ruína geral do ensino imposto pelas reformas neoliberais. Porém, as direções fazem questão de manter as greves divididas. A direção da CNTE, que poderia cumprir o papel de unificá-las, não tem servido para nada.

Em São Paulo, a situação é a mesma da de outros Estados. Não dá mais para ficar esperando as respostas às nossas reivindicações. O governo já disse: não mais que 5%. A experiência nos ensinou que para arrancar do governo é necessário enfrentá-lo. E para enfrentá-lo, é preciso parar as escolas, mobilizar os pais e os alunos e se posicionar pela greve.

Uma parte dos professores está iludida com as manobras do governo com o bônus. Esses professores se esquecem que poderão ficar sem emprego, estão trabalhando com jornadas estafantes, com as salas superlotadas, que o valor da hora-aula é de 4 reais, que o piso é pouco mais de R\$400,00, que o governo quer acabar com os direitos trabalhistas e que a doença não escolhe o dia. A luta pelo emprego, salário e a defesa da escola pública depende da coesão da classe, da unidade dos trabalhadores e da organização de uma greve forte e firme contra a reforma que destrói o ensino público e mutila uma parte de nossa classe.

A assembléia do dia 21 de março aprovou um conjunto de proposta de mobilização. Quase nada foi encaminhado. Os professores não estão sentindo que existe uma campanha salarial para valer. As desconfianças de que se trata de usar a campanha para as promoções eleitorais estão por todas as escolas.

Votar o caminho da greve para enfrentar o governo é decisivo. Caso contrário, as assembléias tenderão a se esvaziar e o governo aproveitará a fraqueza do movimento para dar sequência à reforma privatista.

# A Política Educacional Petista de Guarulhos

O PT e seus aliados (PCdoB, PSB etc.) diziam que a elaboração da política educacional deveria ter uma ampla consulta aos profissionais da educação e a comunidade escolar. Mas isto somente antes de chegar ao poder.

A Vice-Prefeita e Secretária da Educação Municipal de Guarulhos, Eneide, implementa uma proposta de educação baseada no arrocho salarial e na exoneração de cargos

Até junho, Eneide espera a aprovação na Câmara do chamado "Plano de Carreira". Na verdade, este Plano não passa de um mero contrato de trabalho celetista.

E pior, vemos que FHC, por imposição do Banco Mundial e do FMI, quer acabar com as cláusulas sociais da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), retirando conquistas históricas dos trabalhadores, como o 13º salário, férias,

fundo de garantia, auxílio-maternidade etc.

A união destes dois esforços (federal e municipal) fará com que o magistério guarulhense não tenha nenhum direito: diminuição de salário, nenhum vínculo empregatício etc.

O sindicato encabeçado pelo Prof. Paulo Vítor, atuou como braço direito da Secretária Eneide e do Prefeito Pietá. Negou-se a convocar uma assembléia com todos os profissionais da educação, para que estes pudessem elaborar um Estatuto do Magistério.

O que ele chamou de assembléia, só contou com uma parcela da categoria, pois os professores do período da manhã e do EJA (Educação de Jovens e Adultos) não foram dispensados. Além disso, ela tinha como objetivo enfiar goela a baixo o Plano de Carreira da Secretária.

Muitos professores depois da "Assembléia" quiseram retornar a discussão do Plano de Carreira, pois perceberam a roubada que era a proposta da administração municipal. Mas a direção sindical vetou qualquer continuidade da discussão.

O que devemos exigir é um Estatuto do Magistério, baseado no Regime Jurídico Único com plenos direitos como: evolução funcional, quinquênio etc.

Devemos iniciar uma *Campanha de Luta Contra o Plano de Carreira* com os seguintes pontos:

- Rechaçar o Plano de Carreira Celetista.
- Barrar a Municipalização da Educação do PT, onde a prefeitura está assumindo o prédio das escolas estaduais (sem professores).
- Retomada das discussões pelo Estatuto do Magistério Municipal

## Condutores- Guarulhos

# Canarinho Quebra o Acordo e Demite

Extraído do Boletim Nossa Luta- Boletim Informativo dos Trabalhadores da Canarinho n.º 1

Diante da ambição por lucros, os capitalistas (patrões) implantam medidas de ataque aos trabalhadores. No transporte a situação é a mesma. Os patrões utilizam o método da dupla pegada, utilizam os microônibus com os motoristas fazendo uma dupla função (cobram ao mesmo tempo que dirigem), e perseguem perueiros (muitos ex-condutores demitidos), na realidade existem empresas que tem frotas de peruas. Muitas pagam por fora para os motoristas e cobradores destas peruas (como se fossem uma frota de taxi).

Na Canarinho temos muitos destes problemas. O patrão não cumpriu o acordo feito na greve que era o pagamento das férias atrasadas, a regularização dos depósitos do Fundo de Garantia, e que se ocorressem demissões após os dois meses de estabilidade, a empresa deveria pagar o pagamento integral da rescisão e do FGTS.

Este acordo não foi respeitado: demitiu sem pagar nada (pagaram os dias trabalhados, para alguns as férias e ninguém recebeu o fundo). Além disso, alguns companheiros demitidos foram acusados (sem provas evidentes) de fazer cabrito, isto para não pagar seus direitos.

Agora querem empurrar um novo acordo goela abaixo dos trabalhadores: dividir a rescisão e o FGTS em 18 parcelas fixas. O ingresso dos trabalhadores na nova empresa significará que serão funcionários novos, ou seja, irão cumprir um contrato de experiência e se nesta experiência forem demitidos não ficaria caracterizado quebra de acordo. Ficam fora deste acordo a multa de férias vencidas, 40% do FGTS, aviso prévio etc.

Fica evidente que este acordo é igual ao que apresentaram antes da greve. Onde o único beneficiário era o patrão.

Devemos pensar nisso, abrir mão de

todos nossos direitos, só para que o coitadinho do patrão engorde mais seu bolso?

## Direção do Sindicato Defendeu Acordo Patronal

A direção sindical simplesmente lavou as mãos não cumprindo seu papel de defender o trabalhador, pois foi para isto que ela foi eleita. Influenciou para que os trabalhadores da Canarinho aceitassem este acordo sacana. Nas 2 assembléias realizadas no sábado (manhã e tarde), a direção do sindicato apoiou o acordo miserável e manobrou as assembléias para que este fosse aceito.

A direção do Sindicato aceitou a chantagem patronal de que se o acordo não fosse aceito iria fechar a empresa. Não cabe aos sindicatos resolver os problemas dos patrões. Sua obrigação é defender os trabalhadores.



Publicamos a avaliação que o Boletim Nossa Classe faz das eleições realizadas no Sindicato Metalúrgico do ABC. Foi a única posição que defendeu abertamente o voto nulo programático, mostrando que não se tratava de uma eleição democrática e que a chapa única era de continuidade à política de colaboração de classe.

Correntes como o PSTU e outros opositores não se pronunciaram, permanecendo omissos. No entanto, a eliminação das eleições por meio de inscrição de chapas constitui um golpe da burocracia para inviabilizar uma alternativa opositora. Marinho e seu grupo introduziram os comitês sindicais que somente quem tem o aparelho sindical nas mãos pode constituir-los e assim

controlar a eleição de seus membros, que depois constituirão a chapa única.

Essa forma de liquidação das eleições por chapa vem sendo implantada em outros sindicatos burocratizados. O que significa impor a ditadura da chapa única.

Conhecemos muitos meios utilizados pela casta burocrática para dificultar a formação de chapa opositora: número enorme de participante, composição de sexo (cota), distribuição regional dos membros da chapa etc. Mas todos eles podem ser vencidos. Com os comitês sindicais, criados apenas com o consentimento do patrão, e, portanto, facilitados à burocracia colaboracionista, torna-se impossível formar chapa de oposição, a não ser que a própria bu-

rocracia se divida no momento do pleito.

Por isso, podemos dizer que os comitês sindicais são aparatos para impor a ditadura da chapa única.

São estas gentes do PT que dizem defender a democratização da sociedade. Todos falsos. Querem apenas a democracia dos capitalistas para poderem crescer na máquina do Estado e terem controle dos sindicatos. Negam a democracia operária.

Está colocada a luta contra os comitês de ditadura das chapas únicas. Defendemos os comitês fabris, mas para organizar as lutas. Os comitês de base fazem parte das conquistas organizativas da classe operária, impostas aos capitalistas.

## **Metalúrgicos: Chapa única não testa a direção de Marinho/Feijó**

A chapa única teve 39.547 dos votos dos 40.379 votantes, portanto 97,94%. Os votos nulos e brancos somaram 832, correspondendo a 2,06%. 70% do colégio eleitoral compareceu para votar.

Esses números favoráveis à chapa única levaram a que a Tribuna dissesse - "Voto confirma: Sindicato no caminho certo". E, segundo Marinho: "Dessa maneira, mantivemos o respeito que já havíamos conquistado dos patrões, do governo e da sociedade". É muita pretensão de Marinho estender sua avaliação triunfalista a toda "sociedade".

Concordamos que essa direção tem respeito dos patrões e do governo, pois sua política tem sido de parceria e colaboração com os capitalistas. Basta ver o acordo maldito da Volks.

Mas o que interessa explicar é a conclusão da Tribuna de que a grande votação obtida quer dizer que "o sindicato está no caminho certo". Isso é questionável. Os acordos que têm levado a retrocessos nas conquistas trabalhistas e o rebaixamento salarial não indicam que "o sindicato está no caminho certo".

Ocorre que nossos companheiros não tiveram condições de avaliar corretamente o significado dessas perdas e suas conseqüências futuras. A oposição em nosso sindicato tem de permanecer clandestina ou quase clandestina. Não

há verdadeira democracia sindical para que as posições opostas sejam livremente discutidas e decididas nas assembléias.

Desde que começamos a soltar o Boletim "Nossa Classe", temos sofrido todo tipo de ataque, ameaças físicas e inclusive chegaram a soltar um Nossa Classe falsificado. Sem democracia operária, sem que as diversas posições possam se expressar livremente, uma votação expressiva não indica que os operários tiveram clara consciência política, para aprovar o trabalho de colaboração e parceria de Marinho com o nossos escravizadores. Não puderam compreender suas experiências de demissão voluntária, bancos de hora, redução salarial etc como uma derrota sem luta.

### **O que significa o continuísmo de Marinho?**

Significa: 1) que nosso sindicato continuará sob a política de ajudar os capitalistas em suas disputas de mercado e crise de superprodução às custas de desemprego, redução dos salários, terceirização, salário diferenciado para a mesma função e quebra de direitos trabalhistas;

2) que nosso sindicato continuará fragmentando o movimento operário

por fábrica, isolando os problemas e quebrando a unidade de luta. Continuará as invenções como "greve pipoca", "vaca louca", que tornam nossas greves um traque;

3) que continuará a política patronal de terrorizar os trabalhadores com o desemprego, para que não lutem, para que aceitem as "demissões voluntárias" e para que cada um procure livrar sua pele aceitando a demissão de seus companheiros;

4) que continuará a perseguição à oposição e o impedimento da livre expressão nas assembléias;

5) que os comitês sindicais sejam um funil controlado pela direção burocrática e autoritária de nosso sindicato para que não se tenha mais de uma chapa nas eleições do sindicato.

### **Construir uma nova direção**

Estamos diante de uma grande crise do capitalismo. A classe operária terá de lutar firmemente contra as demissões e o empobrecimento. Para isso teremos de enfrentar a política antioperária e pró-patronal da direção sindical. O que quer dizer construir uma direção de luta. Nosso ponto de partida:

- Unir todos os trabalhadores sob as mesmas reivindicações de emprego e salário;

- Não aceitar demissões, redução salarial e destruição dos direitos trabalhistas;
- Defender a convocação das assembleias gerais, baseadas nas assembleias de fábrica, para unificar todos operários em um só movimento contra as demissões e outras investidas da patronal contra nossas condições de vida;
- Organizar muito bem o movimento

grevista nos comitês de luta, usando de toda nossa força coletiva contra os ataques patronal;

- Defender a democracia operária, liberdade de expressão de todos que lutem no interior do movimento operário, fim de qualquer perseguição à oposição. Liberdade de distribuição e leitura dos boletins. Que os trabalhadores julguem com sua própria consciência as posições opostas e possa

decidir sem manipulação do aparelho sindical.

Com esses pontos básicos, podemos exercer uma oposição firme à política da burocracia reeleita. Chamamos os companheiros a defenderem esses pontos e fortalecerem o "Nossa Classe", inclusive defendendo-a contra a ameaçadora violência da burocracia. A democracia operária acabará vencendo, desde que lutemos por ela com valentia.

## Formação do Brasil semicolonial

# Os deslocamentos dos nativos do Piauí e as primeiras incursões do branco

Entramos na segunda parte de artigos sobre a história do Piauí. A partir de agora vamos dar mais atenção aos conflitos, a alguns personagens, fatos, conseqüências etc que marcaram a construção deste Estado.

Nos últimos artigos falávamos do povoamento piauiense já a partir de sua colonização, ou seja, cerca de 1680, que marca a entrada (oficial) dos bandeirantes e dos portugueses. Mas resolvemos voltar um pouco mais no tempo histórico, porque seria difícil falar dos conflitos em terras piauienses sem dizer quem foram os primeiros protagonistas.

Os mais antigos documentos que se referem ao Piauí nos fazem conhecer os Tremembés, os Aroás, Cupinharões, Amoipiras e os Tabajaras, como os povoadores das margens do Parnaíba.

Os Amoipiras e os Cupinharões parece que não se estabeleceram por muito tempo na bacia do Parnaíba – de um modo geral eram nômades, enquanto as outras três nações indígenas permaneceram por anos, muitas lutando intensamente contra o colonizador, em outras situações colaborando, até a "pacificação" de parte de alguns grupos que permaneceram.

Os tabajaras vieram da região onde hoje é o Ceará. Eram descendentes dos que vieram da região do Rio São Francisco, que pelo Sertão alcançaram o Piauí e a Serra do Araripe e, finalmente,

a Serra de Ibiapaba (fronteira cearense com o Piauí- onde fica o município de Campo Maior-PI), aí permanecendo longos anos. A nação dos Amoipiras, ainda no Vale do São Francisco em conflito com as bandeiras religiosas, tiveram de fazer penosas viagens de alguns meses para fugir.

Segundo documentos, desde os primeiros anos do século XVII, as incursões religiosas (jesuíticas) já adentravam em terras que seriam piauienses, com o objetivo de fundar suas missões. Mas foram retardadas no período de invasão holandesa em terras pernambucanas. Os holandeses permaneceram ali por 24 anos (1630-1654), com o objetivo de controlar a produção e a venda de açúcar. Eram protestantes e trouxeram um problema a mais para a coroa portuguesa, daí a necessidade de juntar todo o apoio para expulsar o invasor.

Resolvido tal problema, as missões religiosas voltam a contra-atacar os nativos. Isso acontece no ano seguinte à expulsão holandesa. Em 1655, os jesuítas organizaram nova expedição em busca desses índios, foram à região do São Francisco, mas os Amoipiras e os Tabajaras já tinham atravessado o grande rio, e adentrado no sertão que fica entre o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba. Estas nações eram ramificações dos Tupinambás. Os Cupinharões e os Aroás eram Tapuias, os primeiros ocupavam a bacia do Parna-

íba, os outros ocupavam as margens do rio Poti (que tem sua nascente no Ceará e deságua no rio Parnaíba em Teresina). A maior parte dos indígenas Tapuais que ocuparam o Piauí, era do ramo Cariri, segundo alguns etnólogos.

Enquanto os jesuítas continuavam sua empreitada de cunho religioso aos Amoipiras já no Médio São Francisco e a bacia Parnaibana, nos últimos anos do século XVII, Jerônimo de Albuquerque funda a cidade de Natal, antes disso já tinha degolado muitos indígenas da área e expulsado os outros para o interior do país.

Com a morte do rei de Portugal, os domínios portugueses passam (soberania) à Espanha, em 1580. Época em que os franceses estavam bem acomodados em São Luís, atual estado do Maranhão. Dois soldados portugueses, Pero Coelho de Sousa e Martins Soares Moreno, recebem ordens de dar um fim aos invasores do Norte. Partem de Natal e da Paraíba para, no Jaguaribe, esperar três barcos com mantimentos e munições, para depois partirem a pé com mais trezentos soldados para o Maranhão, passando por Camocim até chegar à Serra da Ibiapaba.

(No próximo artigo saberemos qual papel que teve o Piauí entre o conflito dos franceses de São Luís e os portugueses partidos de Natal e da Paraíba).

# Vanguarda Proletária rejeita o Alerta do POR

O Jornal Vanguarda Proletária respondeu à denúncia que fizemos a seus responsáveis por enviarem correspondência a uma caixa postal do POR boliviano, colocando no envelope o nome do partido e de um de seus dirigentes. Alertamos para o fato de que se configurava delação. Acreditamos que seria por incompreensão. Mas a resposta desmentiu nossa melhor hipótese. A Vanguarda tomou sua atitude de nomear o partido e com ele o nome de seu dirigente como correta.

Em que se apóiam os espertos leninistas, que dão aula de legalidade e ilegalidade em sua resposta à nossa denúncia? No fato de que “a caixa postal (casilla de correo) do POR boliviano está estampada em seus materiais públicos.” E que o nome do seu dirigente (cita no Jornal Vanguarda Proletária o nome) é público. O entreparênteses em espanhol (casilla de correo) não foi colocado o número. Um detalhe apenas? Já que a casilla é tida como pública, porque o redator não a colocou, como o fez com o nome do dirigente? Algum receio? Algum cuidado com o problema de segurança denunciado pelo POR boliviano e por nós? Ou simplesmente omitiu por esquecimento ou por achar desnecessário?

A primeira exigência que fazemos é que a Vanguarda prove que a casilla de correo usada por ela é pública. Em que material público do POR comparece a casilla? Assim, a Vanguarda poderia explicar com quem conseguiu a caixa postal. Ela é para correspondência interna e não externa. E que a Vanguarda diga se continua ou não enviando correspondência com o nome do POR e de seu dirigente. Confirme se pretende continuar com a delação. A resposta da Vanguarda ao nosso “Alerta” é afirmativa. Dizemos à Vanguarda que pare de enviar correspondência com o nome do partido e de seu dirigente. Isso é delação.

## Desopilando o fígado

A Vanguarda aproveitou a resposta a nossa denúncia para despejar um monte de acusações contra o POR. Elas não têm sentido. São arroladas de forma desconexa. Mas como há mentiras misturadas com verdades e como as mentiras servem para acobertar a atitude delatora das correspondências da Vanguarda, então nos vimos obrigados a analisá-las.

Sobre a LBI - Diz que nós a expulsamos de um debate aberto do POR. É verdade. A LBI difamou o POR com acusação de somos delatores e agentes da polícia. Fizemos uma campanha por um bom tempo para desmascarar a LBI. Sua presença no debate do POR foi provocação. Diz que o POR, no XXVII Congresso da CNTE, exigiu que a LBI se retirasse de uma reunião que ela participava. Tratava-se de uma reunião com várias correntes. O POR aproveitou para exigir que a LBI apresentasse provas de sua calúnia e que a reu-

nião não poderia admitir caluniadores. Foi a forma do POR travar a luta política pública e se defender das falsas acusações. A LBI não apresentou nenhuma prova.

A Vanguarda então acusa que a “TPOR assinou recentemente manifesto ao XXVIII Congresso da CNTE com a LBI”. Desconhecemos essa assinatura. Não trocamos sequer uma palavra com a LBI. O POR participou com tese própria, com seu próprio manifesto e se posicionou pelo voto nulo para a eleição da direção.

A Vanguarda diz que a “TPOR proibiu seus militantes de falarem com militantes da LBI” e vender seus materiais a ela. É pura difamação da Vanguarda. Nunca houve nenhuma proibição. Os militantes do POR atuam de acordo com a sua consciência. O que nossa militância tem feito é rechaçar contato com aqueles que nos acusaram de agentes da polícia. É uma forma prática de defender a organização contra seus detratores. Sabemos distinguir divergências políticas entre as correntes com difamação e delação. Somente as seitas liberalóides não sabem fazer essa distinção. Se a LBI tivesse se autocriticado no seu jornal, então poderíamos ter uma relação amistosa.

Quanto a vender ou não o jornal para opositores em Ceará Mirim, cabe aos nossos camaradas fazerem seus julgamentos. Nunca houve nenhuma proibição. O Partido vende seu jornal a quem ele julgar ter valor para sua política. Quer fazer os trotskistas passarem por estalinistas, é uma fraude da Vanguarda.

O que a Vanguarda esconde: o motivo pelo qual o POR é tão hostil à LBI. Até hoje a Vanguarda e seu aliado argentino (grupo de Gamboa) escondem que foram coniventes com a difamação da LBI. Nós provamos que a LBI mentiu e nossa organização tem a moral revolucionária elevada no movimento social. A Vanguarda condenou a detração da LBI contra o POR? Não, omitiu-se. Temos documentos públicos sobre esse assunto.

Agora, a Vanguarda vem se apoiar na nossa hostilidade aos difamadores para se defender da acusação do POR boliviano de que a Vanguarda violou o princípio de segurança utilizando-se de acesso que teve de endereço para correspondência interna.

Quanto à acusação de que o POR fez aventura com a greve de fome na greve dos professores em Ceará Mirim é pura besteira. A greve de fome, quando a classe refluía e a prefeitura punia 37 militantes de linha de frente cortando o salário, reavivou a luta e obrigou a prefeitura a recuar. Aqueles que se colocaram contra a greve de fome e não a apoiaram fugiram do dever revolucionário. Qual foi a posição da Vanguarda ou daqueles que lhes prestaram informação?

Certamente, nossa resposta servirá para a Vanguarda expelir mais veneno na atmosfera. Mas faz parte da tarefa de construção do partido enfrentar tudo quanto é coisa.

O Manifesto abaixo foi discutido e aprovado no Comitê de Mobilização da PUC/SP, que conta com Apropuc, Afapuc e vários Centros Acadêmicos. Trata-se de uma campanha em defesa dos palestinos contra o genocídio provocado pela ocupação militar da Cisjordânia e Faixa de Gaza pelo exército israelense. O Comitê promoverá manifestações, tendo por base esse manifesto.

## A Guerra de Israel contra palestinos

### **A Palestina pertence aos palestinos - defesa de sua auto determinação**

Milhões têm se manifestado no mundo todo contra a ocupação militar do território palestino por Israel. Exige-se a retirada imediata dos tanques, fim das destruições materiais e do genocídio.

A ofensiva militar de Israel não é um acontecimento isolado. É parte da ocupação do Afeganistão pelos Estados Unidos, do plano de guerra contra o Iraque, do Plano Colômbia e mais recentemente do fracassado golpe militar na Venezuela. Por detrás desses acontecimentos estão a extraordinária crise mundial do capitalismo e a investida do imperialismo contra os povos oprimidos, tendo à frente os EUA.

É importante entender a guerra do governo de Ariel Sharon no encadeamento de grandes acontecimentos históricos. Confirma-se, mais uma vez, que a imposição à força do Estado de Israel na Palestina constituiu um instrumento de opressão nacional. E que sua criação foi obra do intervencionismo imperialista, impulsionado nas duas guerras mundiais, tendo à frente a Inglaterra. Depois da divisão arbitrária da Palestina em 1947 pela ONU, sob o comando das potências, e instituição do Estado de Israel em 1948, os Estados Unidos, que emergiram, definitivamente, da 2 Guerra como poder mundial hegemônico, passaram a ser o esteio econômico e militar do sionismo (nacionalismo judaico racista, que se expressa em posição fascista contra os palestinos; não se deve confundir com semitismo, o antisemitismo contra os judeus é nazista).

A fundação de um Estado judeu impingido de fora para dentro na Palestina só poderia se dar sob brutal opressão nacional aos seus habitantes sem recursos para a resistência armada. O sionismo é parte do colonialismo imperialista no Oriente Médio. Como tal, qualquer tentativa de resistência dos palestinos e dos árabes à implantação de um enclave armado com uma poderosa máquina de guerra sofreria banho de sangue.

A promessa de 1947 de que com a divisão do território se resolveria o choque sangrento, criando-se de um lado o Estado de Israel e de outro o Estado Palestino, mostrou ser apenas um álibi das potências e dos magnatas judeus internacionais. O Estado de Israel foi erigido com as alavancas dos banqueiros e da indústria bélica, enquanto que aos palestinos só restava arcar com o colonialismo ou lutar pela expulsão dos colonizadores.

Logo se verificou a impossibilidade dos palestinos terem sua nação moldada e edificada pelas forças externas do imperialismo. Justamente o contrário ocorreria. O Estado israelense era e é a negação de um Estado palestino, soberano, livre e democrático.

As duas guerras israelense-árabes que se seguiram a 1948 mostraram que a burguesia israelense teve de expandir seu território originalmente expropriado dos palestinos, com total apoio dos Estados Unidos. Particularmente, a guerra de junho de 1967 (Guerra dos Seis Dias) permitiu que Israel ocupasse o Sinai, as Colinas de Golan, a Faixa de Gaza, a Cisjordânia e a parte oriental de Jerusalém. Devolveu apenas o Sinai ao Egito, sob a condição de reconhecimento do Estado israelense. Com abertura de novas colônias, em terra palestina, o governo indicou a necessidade do expansionismo.

Evidentemente, a tentativa de acordos patrocinados pelos Estados Unidos fracassariam, pois aos palestinos estava reservado uma caricatura de Estado, que se manteria sob o controle das armas de Israel. Aos sionistas, mesmo com a condição de um Estado palestino desarmado, não interessa restringir suas fronteiras ao território originalmente arrancado dos palestinos.

A situação permanente de opressão sobre as massas palestinas, o colonialismo sionista-imperialista e a impossibilidade dos palestinos exercerem sua autodeterminação criaram uma situação de guerra permanente. Os levantes (Intifada) populares, tendo à frente a juventude palestina, e a resistência dos grupos

armados nacionalistas muçulmanos, que praticam atentados terroristas, protagonizados por militantes que imolam suas vidas, levaram Israel a defender seus interesses colonialistas com o genocídio.

Os palestinos vêm dia-a-dia se confrontando com o terror de Estado dos sionistas. Nesse momento, são alvo de tanques de guerra, que derrubam suas casas, bombardeiam hospitais, caçam um a um dos integrantes da resistência palestina e provocam uma chacina. Mais uma vez o imperialismo norte-americano e inglês tomam a frente com a bandeira de paz. Uma paz que significa derrota histórica dos esmagados pelos tanques.

Os trabalhadores e a juventude estudantil do mundo todo estão chamados a ter uma posição crítica e de combate ao colonialismo imperialista. Os trabalhadores israelenses estão chamados a combater juntamente com os explorados palestinos a invasão militar israelense e o genocídio. Dizemos que a nação palestina, com seu Estado democrático, independente e soberano, emergirá da derrota do imperialismo e do colonialismo sionista. Trata-se de conquistar o direito à autodeterminação de um povo oprimido.

Entendemos que essa tarefa histórica dos palestinos não virá do patrocínio dos Estados Unidos, ou de qualquer outra potência, responsáveis pela criação artificial do Estado de Israel. Mas virá da união dos povos oprimidos do Oriente Médio contra a opressão colonialista, tendo à frente da resistência antiimperialista a classe operária e os camponeses pobres.

Nós nos manifestamos a favor desse curso da história contra os genocidas dos povos oprimidos e contra todos exploradores que fazem das armas o principal guardião do capital contra o trabalho, das potências opressoras contra as nações oprimidas. Defendemos a retirada imediata e sem condições do exército israelense do território palestino; apuração do esmagamento genocida autorizado pelo governo Sharon; nenhuma intervenção externa do imperialismo e autodeterminação do povo palestino.

# O fracassado golpe militar na Venezuela

Depois de três dias de locaute (paralisação promovida pelo patronato), com a colaboração da burocracia sindical, manifestação massiva de rua e vários mortos, veio o esperado golpe militar. O conflito entre a parte da burguesia (latifundiários, capital multinacional e banqueiros) de maior poder econômico contra o governo se instalou desde que Chávez foi eleito e se dispôs a limitar o controle do Estado pelas corporações. A tal da “revolução bolivariana”, uma caricatura de nacionalismo burguês, acirrou o conflito no interior da classe dominante, indispondo a instituição estatal com as multinacionais e não deu nenhuma solução prometida à situação de miséria da maioria.

Chávez expressa a brutal desintegração da burguesia venezuelana, completamente submetida pelos Estados Unidos. A sua queda se deve, sobretudo, ao decreto que dava ao Presidente da República poderes de expropriação de terra para fins de reforma agrária, algum controle sobre o comércio exterior e petróleo. De um lado, feria parcialmente os interesses da oligarquia agrária, de outro, das corporações multinacionais, que exercem grande influência sobre petróleo venezuelano estatizado.

Embora tais medidas não tivessem nada de revolucionárias, indicaram que Chávez não se constituiu em um governo dócil aos Estados Unidos. Mas também não se caracterizou como um governo de mobilização antiimperialista. O que não o impediu de, politicamente, se negar a apoiar a guerra dos EUA contra o Afeganistão. E não se colocou a serviço do Plano Colômbia. Acrescenta-se a isso o fato de Chávez ter feito um acordo com Fidel Castro de exportar petróleo a Cuba por um preço menor. O governo Bush viu-se contrariado quanto ao bloqueio econômico à Ilha.

Sem apoio da burguesia venezuelana, mostrando-se incapaz de realizar as tarefas da reforma agrária e da inde-

pendência nacional frente à opressão das potências e sem capacidade de se apoiar nos operários e camponeses, Chávez se mostrou cambaleante. A Confederação dos Trabalhadores da Venezuela (CTV) logo se aliou à Associação Patronal (Fedecamaras). Assim que Chávez decretou as leis de reforma agrária, do petróleo etc, a Fedecamaras convocou a primeira greve geral e protestos de ruas, contando com o apoio da burocracia sindical da CTV. A Confederação, que diz representar os trabalhadores, se colocou a serviço do choque interburguês. Os canais de TV, controlados pela oligarquia e sob influência do imperialismo, passaram a fazer campanha aberta em favor do golpismo. A Igreja idem.

A destituição da diretoria da Refinaria de Petróleo, encabeçada por um general aposentado, atingiu um dos comandos econômicos da burguesia entreguista. O sindicato dos petroleiros foi acionado para a greve. A CVT convocou nova greve geral de três dias, que logo se tornou por tempo indeterminado. A Fedecamaras estava por detrás de mãos dadas com os militares entreguistas e com o golpe preparado. Por aí vemos o quanto estão apodrecidas as direções sindicais, que se mostraram servis à Fedecamera e instrumentos dos generais golpistas

A classe operária deve lutar por suas próprias reivindicações e por um programa de transformação socialista da Venezuela. Frente ao golpismo militar e a posição pró-imperialista da reação, os trabalhadores devem rechaçar o golpe e defender um governo próprio da classe operária e dos camponeses pobres. Somente um governo dos explorados, que coloque a economia sob seu total controle, poderá realizar as transformações democráticas de terra aos camponeses, independência nacional e libertação do domínio do grande capital.

O golpe contra Chavez é a via reacionária da burguesia venezuelana manter um sistema econômico em de-

sintegração e que mata de fome os trabalhadores.

## O fracasso do golpe

Já tínhamos escrito o artigo acima quando Hugo Chávez é resgatado do confinamento e volta no quarto dia ao poder. O editorial do Estado de São Paulo e o artigo da Veja refletiram bem a alegria da reação pró-imperialista e a vocação golpista da oligarquia burguesa. Compuseram com o governo norte-americano o hino dos fascistas, que vestem e desvestem a máscara da democracia burguesa conforme a conveniência do capital monopolista.

O governo FHC não pôde fazer o mesmo. Em setembro, a Organização dos Estados Americanos (OEA) havia aprovado a Carta Democrática Interamericana, que em palavras prega o respeito aos governos constitucionais. A máscara não poderia cair tão prontamente. Todos estavam pelo golpe, mas não poderiam apoiá-lo explicitamente, como fizeram os EUA e a imprensa colonizada. Na verdade, os EUA negociaram com os golpistas o fim de Chávez.

O Brasil e México desfraldaram a bandeira da Carta Democrática, mas sem exigirem a devolução do poder ao governo Chávez. Esperavam que o golpe triunfasse sem comprometer a Carta da OEA. E que o empresário golpista e chefe da Fedecamera, Pedro Carmona, tornado Presidente, passaria a negociar a reconstitucionalização (eleição de um novo presidente). Mas o golpista, que se diz democrata, imediatamente dissolveu o Congresso e fechou o Judiciário.

Ocorre que não havia unidade necessária no exército e demais frações do corpo de repressão quanto à saída golpista. A classe média rica foi a base social do levante. Setores da classe operária foram arrastados pelo sindicatos, mas permaneceram enganados pelas direções. As massas empobrecidas saíram em defesa da volta de Chá-

vez, também iludidas pelas promessas de erradicação da miséria e por algumas medidas concretas como a elevação do salário mínimo. A divisão por baixo e por cima e a impossibilidade dos governos latinoamericanos saírem francamente em apoio ao golpe acabaram por inviabilizá-lo.

### **Um Presidente arrependido e adocicado**

Para o imperialismo e golpistas, a derrubada efêmera de Hugo Chávez não foi em vão e também sua volta não lhes traz mais problemas, nem ameaças. Os golpistas não foram esmagados e ainda passaram a ser melhor tratados pela cúpula chavista. A bandeira do Presidente deposto é de reconciliação nacional, como recomendou a OEA. O que Chávez lhes pede é que reconheçam a Constituição de 1999, ou seja, seu próprio governo. Mas não vai ser preciso que a oposição golpista, que inclui o partido cristão (Copei) e o partido social democrata, do corrupto e san-

guinário Andrés Peres, dêem bênção à caricatura da "revolução bolivariana".

O estado de espírito do Presidente golpeado é de quem não pede aos golpistas que o ajudem a embainhar a espada, pois este gesto já foi tomado, mas que o ajude a não precisar desembainhá-la de novo. Estamos fazendo uma paráfrase que é quase uma cópia do pensamento do Chávez temeroso. Mas setores golpistas já deram o parecer de que o melhor é Chávez renunciar. Abdicando do poder, estaria pacificando as frações da burguesia e ajudando a reação a domar os oprimidos revoltados. A verdade é que os conspiradores continuam com as mãos livres depois de tamanha aventura.

Para promover o golpe, a Polícia Metropolitana usou de franco-atiradores. O prefeito de Caracas, Alfredo Peña, comanda esse corpo armado e desde o início foi um dos principais conspiradores. Agora, ambos os lados se acusam de comandar franco-atiradores. Mas o fato é que a Polí-

cia Metropolitana foi flagrada acobertando seus atiradores e os cadáveres chavistas não deixam dúvidas sobre quem são os criminosos. Os jornais brasileiros apresentaram Chávez como responsável pelos assassinatos, condenaram a violência e a usaram como justificativa para o golpe. Agora, todos se calam frente às evidências de que os francos atiradores eram asseladas de Alfredo Peña.

O chefe civil da conspiração e marionete do imperialismo, Pedro Carmona, está confortavelmente confinado em sua casa e de lá continua atuando, agora com a máscara de democrata e defensor da pátria. Chávez embainhou a espada que nunca tirou para os vendilhões da Venezuela e responsáveis pela ampla e profunda miséria das massas. Mas os conspiradores que alimentaram o ódio da classe média alta contra o inexistente perigo comunista da inexistente revolução bolivariana desembainharam suas espadas e continuam com elas por debaixo de seus capotes.

## **O governo de Duhalde, de quatro, rendido frente ao capital financeiro, nos coloca na hiperrecessão, hiperinflação, hiperdesemprego....**

Destino inevitável e lamentável de outro representante da burguesia nacional. Alguém recorda do Duhalde que rechaçava os ajustes e o modelo a até uns poucos meses? Alguém recorda as promessas realizadas faz apenas umas semanas, quando assumia como presidente?

Cem e mais mil vezes voltam a se render diante das exigências do Fundo, agora pedindo perdão por ter declarado a moratória da dívida externa e ainda por cima ter aplaudido a medida. Nem a menor resistência frente ao avassalamento total que impõe o amo imperialista. Grandes discursadores até o dia em que chegam ao governo e se transformam em dóceis marionetes dos poderosos.

Na Argentina governa o FMI já quase sem disfarces. Duhalde e o Congreso são meros intermediários para executar as medidas que eles decidem.

Fazem mudar uma e outra vez o orçamento, corrigem e eliminam leis à vontade, e até as minúcias mais elementares. Os EUA e as demais potências exigem que Argentina se discipline totalmente aos mandos do FMI. E assim segue Duhalde, como um boneco que retifica a cada semana o que afirmava na semana anterior e assim por diante.

E agora lhe trazem mais deveres e instruções: - terminar com os bonus provinciais

- eliminar 400.000 empregos públicos, especialmente nas províncias
- eliminar a lei que penaliza a subver-

são econômica

- corrigir a lei de quebras - não tocar na Corte Suprema

- não reajustar os salários, reduzidos pela inflação colossal que se tem desatado

- realizar a reforma política que torne confiáveis as instituições etc. Se cumprirem com estas, lhes trarão outras novas, para que faça o trabalho sujo e facilite as coisas para o próximo governo.

Enquanto isso, tanto a fome como a miséria avançam e se estendem a mais da metade da população, a um nível insuportável. Nos setores mais empobrecidos se discute como resolver o problema urgente do pão e se retomam os movimentos tendentes a consegui-lo a qualquer custo.

Existe um organizador, um impulsor, e um convocante das ações que se denominam “saques” e o identifica: é o desmesmas provocado pela fome.

A este ponto nos levaram os capitalistas com seus diferentes governos, a este ponto chegamos com uma fabulosa concentração de riquezas em mãos de uns poucos grupos econômicos que têm em suas mãos tudo o que necessita nosso povo para poder viver humanamente.

Em todos os setores florescem as lutas para arrancar o governo do grande capital, aquele que tudo nos nega. Os desempregados retomam os piquetes e as marchas, no movimento operário aparecem tendências de se chocar com a burocracia traidora e recuperar os sindicatos para os trabalhadores.

Em 24 de Março, dezenas de milhares ganharam as ruas em todo o país para dizer que não nos esqueçamos da ditadura genocida, de seus cúmplices, dos Martinez de Hoz e as consequências terríveis para a sociedade, para responder a aqueles que sonham com a possibilidade de uma aventura militar para enfrentar as masas em luta. As manobras para amputar seu conteúdo caíram em grande medida relativizadas pelas massivas convocatórias das assembleias de bairros.

As assembleias, verdadeira criação popular, continuam se estendendo pelo país e se mantêm em pé em muitas delas o debate da questão do poder: como continuará isso depois que consigamos que “se vão todos e não fique nem um somente.”

O governo débil de Duhalde, levado pelo cangote pelo FMI e pelos grandes grupos econômicos nacionais, trata de conter o levante popular, de Dezembro, dividi-lo, desgastá-lo, mas não

pode. Vamos inevitavelmente rumo a um enfrentamento mais profundo. Todas as tendências presentes no governo de Menem e De la Rúa se agravam notavelmente com este desgoverno.

A burguesia, incapaz de resolver qualquer um dos problemas mais dramáticos, não logra que os exportadores beneficiados com a superdesvalorização paguem mais impostos e liquidem os dólares, já vão três meses de idas e voltas e não se animam a defini-lo. A eles somente preocupa quantas centenas de milhões mais estão metendo no bolso e quantos desses milhões poderão deixar

no exterior. Sabem da debilidade do governo e o chantageiam; tiram a maior vantagem possível.

Parece que a burguesia caminha por um precipício sem dar-se conta, parece que não é consciente de que pode perder tudo se continua tensionando assim a corda. Mas somente parece. Na verdade não têm como sair de sua própria decomposição, cada passo que dão agrava mais e mais o processo de desintegração e ficam à vista as lutas entre suas frações para dominar umas às outras e ficar com a maior fatia.

Alguns setores da burguesia crêem que seja possível uma política capitalista independente, desobedecendo as determinações do Fundo, dizendo que é preciso seguir o exemplo do Brasil que havia conseguido tomar distância das imposições do imperialismo, dizendo que nesse país há uma burguesia forte que mantém industrializado o país. A própria experiência do Brasil, como demonstram nossos camaradas brasileiros neste jornal, demonstra que a burguesia nacional é incapaz, também no Brasil, de levar adiante uma política de emancipação nacional. O Mercosul é só uma ilusão daqueles que sonham com um caminho intermediário entre o neoliberalismo raivoso e a luta antiimperialista consequente. Os governos submissos de lá e de cá terminam marchando pelo estreito desfiladeiro que lhes determina o imperialismo.

Não haverá reativação geral da economia nem sequer aproveitando a grande desvalorização. O mercado interno foi devastado. A experiência neoliberal agravou o atraso econômico do país destruindo os desenvolvimentos incipientes que se haviam conseguido em alguns ramos da economia, agora já não poderão se colocar em pé de novo. As condições internacionais não o permitem. Pior ainda, o barateamento das empresas e das propriedades, produto da desvalorização do peso impulsiona uma nova e maior concentração do capital em menos mãos estrangeiras.

A única classe social que tem um programa para sair do atraso, para terminar com o desemprego e a fome, é a classe operária, porque é a única que não tem ligações com o regime da propriedade privada, nem com o imperialismo, e por isso pode ir até o fim. Não há saídas intermediárias possíveis. Não é possível

reformular o capitalismo.

A propriedade concentrada dos meios de produção nas mãos das multinacionais e dos grandes capitalistas nacionais é o principal obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas, terminar com esse regime de propriedade é condição para sair desta situação, explorando-a.

Não há saídas intermediárias entre a ditadura do capital, (expressa nesses governos servís do imperialismo e que nos têm levado a esta postração) e a ditadura do proletariado, um governo da mais ampla maioria da população oprimida e explorada, um governo operário-camponês sustentado nas assembleias populares, que assumam todos os poderes.

A causa nacional da unidade latino-americana deverá ser materializada como os Estados Unidos Socialistas da América Latina. Qualquer outra unidade (seja através da ALCA ou do Mercosul) nas mãos dos governos capitalistas, comandados pelo imperialismo, será a unidade das multinacionais para repartir suas funções na região e multiplicar sua taxa de lucro.

Esta é a estratégia política que se encadeia a “que se vão todos” para que possa se resolver efetivamente a situação revolucionária que se vive em termos de revolução social. As eleições e as constituintes são um desvio destinados a restabelecer a dominação dos capitalistas hoje em crise terminal, portanto devemos combater com todas as forças essas “saídas”.

Para que a classe operária possa dirigir o levante da Nação oprimida e explorada é imprescindível a construção da frente única antiimperialista, a aliança de classes que se deve continuar soldando para poder alcançar a vitória, (excluindo os exploradores e opressores).

A classe poderá jogar esse papel dirigente resolvendo sua crise de direção, construindo o partido revolucionário que hoje se encarna num punhado de camaradas que estamos pondo-o em pé, livrando uma dura batalha na vanguarda que busca se reagrupar em termos programáticos, ao redor da estratégia revolucionária do proletariado, superando os bloqueios dos revisionistas e reformistas de toda espécie.

(extraído do Masas Argentino nº 163, de abril de 2002)

# Argentina: É preciso retirar a consigna de Assembléia Constituinte

A consigna de Assembléia Constituinte tem sido colocada em várias assembléias de bairro, na interbarrial e na nacional como uma saída política, proposta inicialmente por organizações de esquerda sem desenvolver um debate profundo.

Apenas se começa a desenvolver um debate e aparecem as dúvidas dos que formulam esta consigna e as próprias interpretações dos militantes sobre esta questão, que para eles adquire um caráter estratégico. Estas formulações se realizam geralmente na classe média, não nas barriais operárias ou em meios sindicais pelo temor ao rechaço puro e simples.

Alguns falam de "Assembléia Popular Constituinte", outros de que é necessário "tomar o poder para poder fazer uma Constituinte" ou que a partir de uma Constituinte se poderia resolver a questão do poder. O certo é que a consigna de Assembléia Constituinte não provém de nenhuma reivindicação popular nesse sentido, nem mesmo das classes médias.

A única classe social que fez menção do tema foi a burguesia em seu debate sobre como preparar uma saída institucional a uma eventual queda de Duhalde. Esse debate não calou nas massas, que desacreditam de qualquer alternativa eleitoral ou constitucional, (é por isso também que o têm no congelador). Já no 14 de Outubro quase a metade do eleitorado deu as costas para as eleições e, dois meses depois, derrubou com sua ação De la Rua e Cavallo.

A consigna de Assembléia Constituinte foi introduzida artificialmente pela esquerda para não ter que falar do poder em termos de classe, originando distração e confusão já que os militantes dessas organizações não defendem o que suas direções explicam em seus documentos e jornais sobre o caráter

da Assembléia Constituinte que reivindicam.

A Assembléia Constituinte é uma instituição da democracia burguesa, prevista na Constituição.

Não se trata somente de um erro dos esquerdistas que argumentam que na China, Rússia ou Inglaterra Trotsky colocou a importância que teve essa consigna, ou antes Lenin. As direções de PO, PTS, MST, CS, PCR, entre outros, sabem muito bem que esta consigna servia nesses países para combater o regime e impedir que uma franja da burguesia ganhasse as massas com bandeiras democráticas contra o czarismo ou a monarquia.

Na Argentina se recorreu a uma vasta experiência com a Constituição e estamos vivendo a experiência mais prolongada de democracia burguesa -19 anos-, incluída uma Constituinte no ano de 1994. A desilusão das massas com a democracia burguesa é um fator decisivo no desencadeamento da situação revolucionária que vivemos.

Os politiqueros e as instituições da burguesia estão profundamente questionados.

Apostamos no amadurecimento da vanguarda política, especialmente os próprios militantes das organizações de esquerda para que desfaçam e combatam estas colocações nas frentes em que atuam. Notamos que não há uma submissão total nas colocações democratizantes de suas direções:

Na mesma assembléia nacional em que se aprova esta consigna os presentes aplaudem massivamente a delegada de Mosconi que critica a ausência das organizações de esquerda em sua luta e chama a comparecer ao ato convocado pelas Mães da Praça de Maio para o 24 (suas direções boicotaram o ato das Mães). Também recordamos que no 2º Congresso Piqueteiro os mesmos delegados da CCC, do CTA e

do PO que votaram numa forma burocrática sobre quem participava e quem não do Congresso e tinham já escritas as resoluções e os candidatos a deputados para representá-los, votam e aplaudem depois todas as moções do MTR e o discurso de Hebe antieleitoralista, rompendo com toda sua manobra inicial.

## Como colocar a questão do poder?

Debemos ajudar a compreender que o regime da democracia burguesa é uma das formas da ditadura do capital. Que as instituições do Estado têm um conteúdo classista.

Este é o caminho a percorrer para explicar que a burguesia detém o poder através de todas as suas frações e distintas formas de dominação.

As massas devem governar através dos organismos que põs em pé, que não estão destinados a pressionar ou mediar frente às instituições, e sim a aperfeiçoar-se, preparando-se para exercer o poder.

Através das assembléias populares se materializará a aliança entre a classe operária empregada e desempregada e as classes médias, numa verdadeira frente antiimperialista.

A classe operária deve lutar pela direção política e física dessas assembléias para orientá-las no sentido da revolução social, seguindo sua estratégia política, de governo operário-camponês (ditadura do proletariado), assim se conquistará a mais plena democracia para as massas oprimidas e exploradas.

Não é possível começar a construção do socialismo sem destruir o Estado burguês, sem instaurar a ditadura do proletariado.

(extraído do Masas Argentino nº 163, de abril de 2002)